

OFERTA DE TREINAMENTO A DISTÂNCIA SOBRE FINANÇAS PESSOAIS AOS JOVENS: ESTUDO DE CASO

Milton Shintaku
Ronnie Fagundes de Brito
Diego José Macedo
Frederico Oliveira
João Francisco Londe dos Santos
Verônica da Silva Vidal
Michelle Conceição Stephanou
Maria Cristina Retameiro do Amaral

Como citar

SHINTAKU, M. et al. Oferta de treinamento a distância sobre finanças pessoais aos jovens: estudo de caso. **Revista Juventude e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, Número Especial, p. 1-13, fev. 2020. DOI 10.22477/rjpp.v1NE.119

Resumo

A oferta de um curso massivo on-line a distância em gestão de finanças pessoais é uma das ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) dentro do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Apresenta-se a estrutura do curso e sua metodologia de aplicação, destacando-se a divulgação, inscrição e aplicação do treinamento em cada município. A partir de um estudo de caso, aponta-se que, embora em um primeiro momento a gestão do curso fosse responsabilidade dos municípios, um novo modelo de gestão precisou ser pensado, tendo a SNJ como executora do curso. Assim, a oferta de vagas, antes gerida pelos municípios, foi ampliada, de modo que mais jovens foram atendidos. Conclui-se que novas ofertas do curso devem envolver o desenvolvimento de convênios com secretarias estaduais e municipais de juventude, além de um diagnóstico ampliado dos desafios encontrados.

Palavras chave: Curso on-line a distância. EaD. Secretaria Nacional de Juventude.

Abstract

As an action of Brazilian National System of Youth (Sinajuve), the National Secretariat of Youth (SNJ) offered a massive online open course (MOOC) in personal financial management. This article presents such course structure, application method and highlights publicity, subscriptions and development of this educational program. From a case study, we show how SNJ assumed the management of subscriptions and the application of the course, since a cooperative model with municipalities did not work. Due to such change, more students could subscribe in the MOOC. Our conclusion highlights that new course offers must involve agreements with counties and states' secretariat of youth, as a diagnosis of challenges to be met.

Keyword: MOOC. Distance learning. National Youth Secretariat.

1. INTRODUÇÃO

Embora a inadimplência dos jovens tenha recuado no último trimestre de 2019 (SPC BRASIL, 2019a), muitos ainda têm dificuldades financeiras e não conseguem pagar o que devem: em fevereiro de 2018, eram 4,8 milhões de negativados (SPC BRASIL, 2018). Pesquisa divulgada em 2019 aponta que 47% dos jovens não controla suas finanças, justificando que desconhecem como fazê-lo, têm preguiça, não possuem o hábito ou não recebem dinheiro (SPC BRASIL, 2019b). Esse quadro é mais complexo ainda quando se considera a diversidade da juventude brasileira. Considerando tal contexto, o artigo relata a implementação, por parte da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), de um curso massivo on-line em finanças pessoais voltado para os jovens.

A juventude, no Brasil, é composta por pessoas entre 15 e 29 anos, conforme determina o Estatuto da Juventude – Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Trata-se de parcela significativa da população brasileira, composta por 51,3 milhões de pessoas, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa população, 84% reside em áreas urbanas. Isso não implica, no entanto, em um grupo homogêneo. Composta por 50,4% jovens do sexo feminino e 49,6% do sexo masculino, a juventude é diversa: 46% se autodeclararam pardos, 15% pretos e 34% brancos. A maior parte é católica (56% dos declarantes), sendo 27% de evangélicos e 16% que não declararam a sua religião.

Muito mais do que isso, a juventude brasileira ainda possui diversas identidades de gênero, diferente acesso à educação formal e a eventos culturais e esportivos (BARCELOS et al., 2018). Também é pobre, já que a renda familiar per capita dos jovens é menor que um salário mínimo (IPEA, 2016). Embora seja a parcela da população mais escolarizada do país (RIBEIRO; MACEDO, 2018), ainda não tem acesso à universidade: apenas 16,2% chegaram ao ensino superior, mesmo com o aumento de vagas e de políticas públicas destinadas a ampliar esse acesso.

A ausência de jovens nos níveis superiores de ensino é preocupante, revelando a falta de continuidade nos estudos – afinal, a maior parte das crianças frequenta escolas, como demonstra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), efetuada em 2018. Assim, mais de 80% dos jovens abandonam os estudos antes de ingressar no ensino superior, comprometendo a sua formação profissional nesse nível.

Iniciativas, como a criação de cursos técnicos, visam suprir a deficiência gerada pela reduzida presença de jovens no ensino superior. Entretanto, como defendem Pereira e Alves (2015), o ensino profissional no Brasil requer atenção em função da desvalorização profissional dos técnicos, resquício histórico da nossa formação. Mesmo em cursos técnicos há uma grande evasão, a respeito da qual Wentz e Zanelatto (2018) revelam que fatores sociais se apresentam como motivação para abandono do curso.

Nesse contexto, os cursos na modalidade de ensino a distância têm sido apontados como solução, considerando sua adequação a diversos objetivos, de treinamentos rápidos e pontuais a cursos superiores. Assim, poderiam atender aos jovens, por serem cursos hospedados em uma plataforma próxima a essa parcela da população, já acostumada com o uso de computadores e *smartphones*, permitindo a execução das atividades em horários livres e fora do ambiente escolar, com maior flexibilidade de horário e local de estudos. Vale considerar que, segundo o censo 2010 do IBGE, 55,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham e possuem rendimentos financeiros por meio de proventos regulares. Importa levar em conta, no entanto, os desafios próprios da

educação a distância, como a evasão e a relação entre discente, docente e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) (COELHO, 2004).

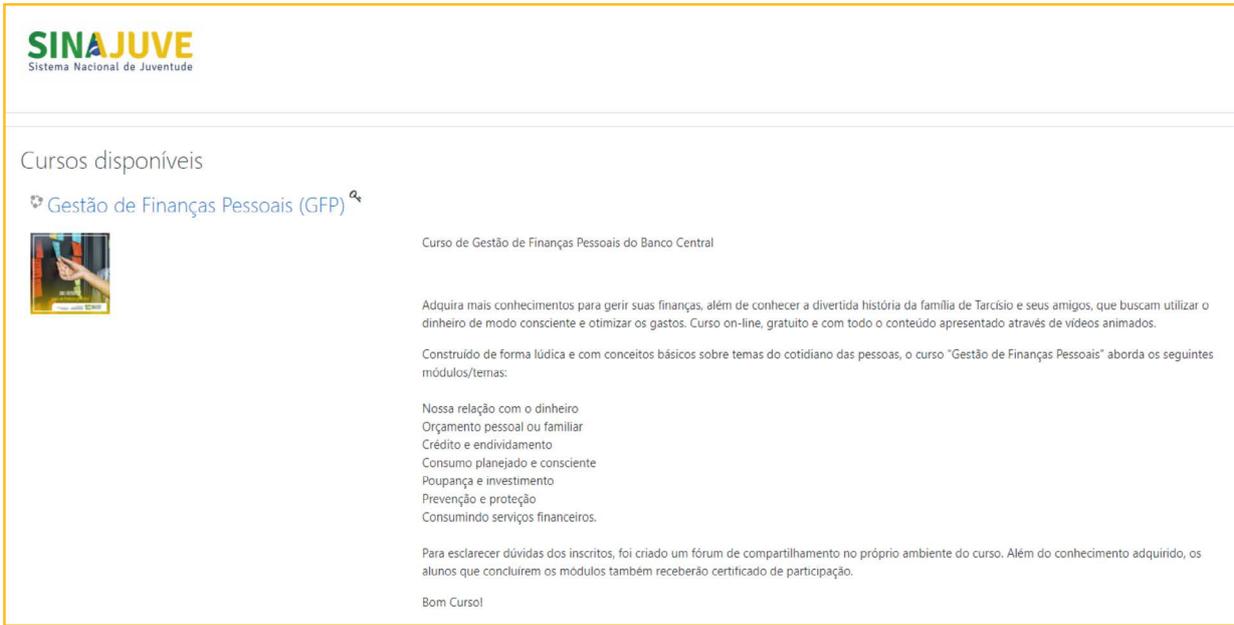
Mesmo para os jovens que atuam no mercado profissional, as questões financeiras ainda são problemáticas, como discute Silva (2014) em relação ao endividamento de universitários, Vicentini e Veiga (2017) sobre consumismo, e a pesquisa do SPC Brasil quanto à despreocupação com as finanças pessoais. Considerando a parcela dos jovens que trabalham e buscam conhecer mais sobre finanças pessoais, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), órgão vinculado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), oferta um curso para os jovens, na modalidade a distância, denominado de “Gestão de Finanças Pessoais”, o qual é desenvolvido pelo Banco Central do Brasil.

Supre-se, assim, demanda de uma parcela da população atendida pela SNJ que busca educação financeira. Isso é importante já que, como relata Gonzales (2009), mesmo que os jovens retardem a sua entrada no mercado de trabalho pela manutenção dos estudos, as origens dos problemas financeiros não se resolvem. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo apresentar a implementação do curso “Gestão de Finanças Pessoais” na SNJ e avaliar os seus primeiros resultados, contribuindo com a discussão que envolve ensino a distância e educação financeira para jovens.

2. CURSO DE GESTÃO DE FINANÇAS PESSOAIS

O Curso de Gestão de Finanças Pessoais (GFP) foi criado pelo Banco Central do Brasil (BC), em parceria com a antiga Escola de Administração Fazendária (ESAF) – atualmente Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) –, visando repassar conhecimentos sobre finanças pessoais aos jovens de maneira lúdica e simples. Sua implementação é feita por meio de ambiente virtual de aprendizagem hospedado na plataforma educacional a distância Moodle, cuja página inicial é apresentada na figura 1.

Figura 1 – Página inicial do curso no Moodle.



The image shows the Moodle course page for "Gestão de Finanças Pessoais (GFP)". At the top left is the logo for "SINAJUVE Sistema Nacional de Juventude". Below it, the text "Cursos disponíveis" is followed by a search icon and the course name "Gestão de Finanças Pessoais (GFP)". A small thumbnail image of a hand holding a pen is shown next to the course title. To the right of the thumbnail, the course is identified as "Curso de Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central". The main description states: "Adquirir mais conhecimentos para gerir suas finanças, além de conhecer a divertida história da família de Tarcísio e seus amigos, que buscam utilizar o dinheiro de modo consciente e otimizar os gastos. Curso on-line, gratuito e com todo o conteúdo apresentado através de vídeos animados." It then lists the course modules: "Nossa relação com o dinheiro", "Orçamento pessoal ou familiar", "Crédito e endividamento", "Consumo planejado e consciente", "Poupança e investimento", "Prevenção e proteção", and "Consumindo serviços financeiros." A note at the bottom says: "Para esclarecer dúvidas dos inscritos, foi criado um fórum de compartilhamento no próprio ambiente do curso. Além do conhecimento adquirido, os alunos que concluírem os módulos também receberão certificado de participação." The page ends with "Bom Curso!".

Fonte: EaDSinajuve, 2019.

O curso é composto por sete módulos, contando a história da família de Tarcísio e seus amigos em sua luta para equilibrar o orçamento, usar o dinheiro de modo consciente e otimizar gastos. Essa narrativa é a ferramenta pedagógica para discutir e ensinar gestão financeira. O curso foi desenvolvido sequencialmente, de modo que os módulos vão sendo liberados após a conclusão do anterior, em uma cadeia de aprendizado. Cada módulo contém séries de vídeo-aulas de curta duração, seguidas por exercícios de fixação cuja nota não conta para aprovação final do discente, mas apenas para a verificação do aprendizado. Após a conclusão dos sete módulos, o estudante é submetido a um questionário final. Caso obtenha nota maior ou igual a 7 no questionário final, estará apto a gerar seu diploma de conclusão do curso.

O GFP é um curso oferecido gratuitamente pela SNJ, por meio de parceria com os municípios brasileiros que se interessam em ofertar o curso para a população, em uma articulação entre gestores de juventude e a secretaria. Tem-se, então, uma gestão compartilhada da oferta do curso, na qual a SNJ oferta o curso, mas sua aplicação é gerida pelos municípios, por meio do gestor de juventude.

Assim, o município interessado em ofertar o curso deve demonstrar interesse por e-mail do gestor de juventude à SNJ e, ao mesmo tempo, indicar um coordenador responsável. A SNJ analisa o requerimento do curso e, se aprovado, o coordenador do curso no município recebe uma senha de acesso ao portal, com permissões apropriadas ao cargo de coordenador, podendo dar início a oferta do curso. Para cada município reserva-se uma quantidade de até mil alunos correntes.

Dessa forma, cabe a cada município divulgar o curso, convidando os jovens a participar, visto que a SNJ não desenvolve tal ação, gerindo apenas questões relacionadas à oferta e execução do curso. A secretaria sugere como o treinamento deve ser efetuado, recomendando que seja efetuado individual e remotamente pelos discentes.

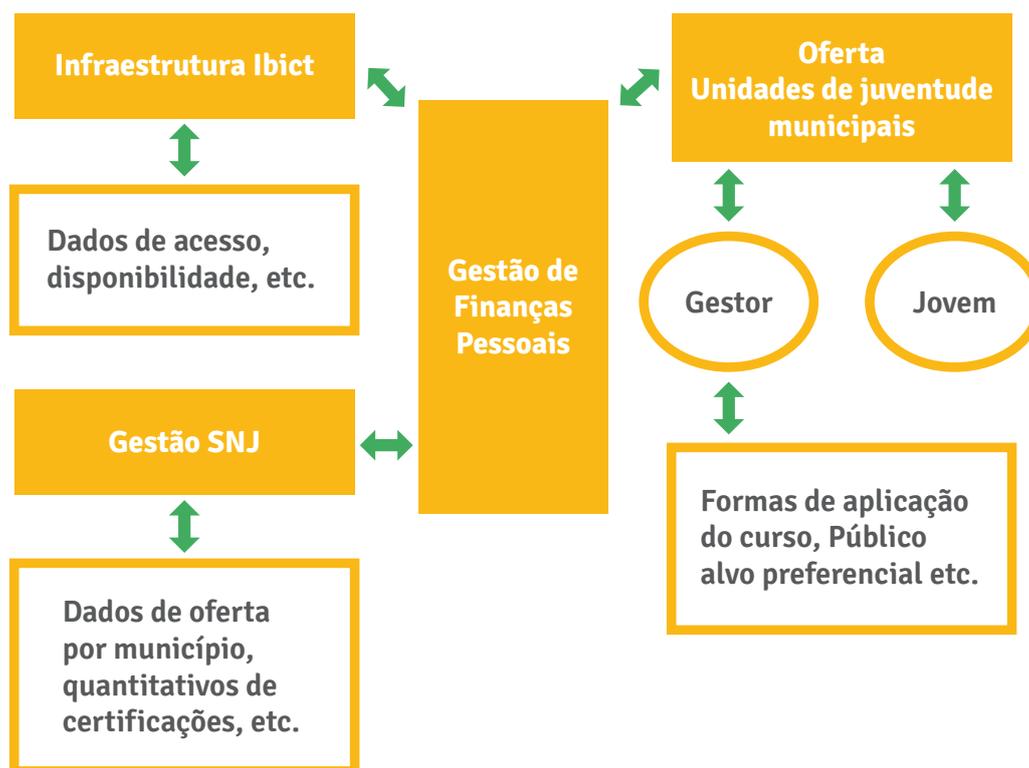
A oferta do GFP pela SNJ conta com parceria do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), por meio do projeto de pesquisa firmado entre a secretaria e o instituto para a implantação do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). O ambiente de ensino a distância implantado faz parte do ecossistema informacional do Sinajuve, que visa possibilitar a interação entre a secretaria e os gestores municipais de juventude.

3. METODOLOGIA

Por ampliarem seu alcance geográfico, cursos na modalidade EAD são oferecidos desde o século XVIII em todos os níveis, geralmente por instituições de ensino. No presente estudo, a realidade é distinta, já que o curso na modalidade EAD é ofertado por unidades de juventude, com a gestão de um órgão público federal, apresentando um cenário único. Logo, possui características que permitem um estudo de caso, pois apresenta um cenário muito específico, diferenciado da maioria dos cursos EAD.

A estrutura do GFP é apresentada na figura 2:

Figura 2 – Estrutura do curso de GFP.



Fonte: Elaboração dos autores, 2019.

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) oferta a infraestrutura de informática para o curso e, dessa forma, é capaz de coletar dados acerca da disponibilidade do curso, quantidade de acessos por página, entre outras informações. Assim, dá acesso a ferramentas que possibilitam verificar a utilização do ambiente computacional pelo alunos do curso, podendo saber, por exemplo, qual o período do dia ou da semana em que há mais acessos. Todos os dados são coletados por meio de ferramentas estatísticas, como o Google Analytics.

Cabe à SNJ gerir a aplicação do GFP das unidades de juventude por todo o país. Como o curso é oficializado entre SNJ e as unidades, pode-se obter dados sobre a quantidade de municípios que ofertaram o curso, que tipos de unidades de juventude requereram o curso, entre outros. Da mesma maneira, por meio do Moodle é possível identificar quantos alunos terminaram o curso, o nível de evasão etc.

Os gestores de juventude ofertam o curso aos alunos do município, indicando o modo de execução. Originalmente o curso deveria ser feito em domicílio, de forma independente, mas por questões de infraestrutura nas cidades, pode ser feito em laboratórios de informática ofertados pela prefeitura, com ou sem monitor. Assim, foi importante coletar dados relativos às formas de aplicação do curso.

Adaptando as discussões de Ventura (2007) sobre análises de caso, por tratar de um caso único, o presente estudo tem características de unidade – na medida em que busca compreender melhor o objeto de pesquisa – e apresenta caráter intrínseco. Assim, pode-se levantar e cruzar dados oriundos de várias fontes, no intuito de obter um cenário completo do GFP, desde a oferta do ambiente, acessos, articulação e oferta do curso, até o fazer o curso pelos alunos dos municípios.

Nesse sentido, o estudo alinha-se ao que André (1984) argumenta para estudos de casos, nos quais objetiva-se conhecer melhor o contexto do objeto de estudo.

Assim, os dados quantitativos são coletados em várias fontes, mas são analisados qualitativamente, em uma modalidade de pesquisa denominada por Creswell (2007) como pesquisa aninhada, na qual os dados são coletados de forma quantitativa e qualitativa, sem priorização, possibilitando uma abordagem mais completa. Com isso, alinha-se a precisão quantitativa com a profundidade qualitativa, possibilitando a análise de questões que uma abordagem simplificada não é capaz de fazer.

4. RESULTADOS

O GFP foi disponibilizado em julho de 2019, em uma instalação Moodle destinada a estabelecer-se como Portal de Ensino a Distância do Sistema Nacional de Juventude, agregando cursos promovidos pela SNJ voltados para os jovens no âmbito do Sinajuve, sendo o curso piloto. A fim de discutir a aplicação do curso e suas características, os resultados são apresentados em dimensões específicas: a divulgação do curso, a metodologia de inscrição, de aplicação, a atuação de cada ente federativo participante e a taxa de conclusão por município.

4.1 Divulgação do curso

No âmbito federal e municipal, o GFP envolve papéis diferenciados em sua divulgação. Como é gerido pela SNJ, a divulgação no âmbito federal se dá pela publicização da secretaria para os gestores de juventude municipais que, por sua vez, divulgam o curso no âmbito municipal. Nesse sentido, a divulgação é um processo que possui características restritivas, da SNJ para os gestores (restrição de pessoas) e no âmbito municipal (restrição geográfica), não sendo possível uma divulgação ampla e irrestrita, devido à política de aplicação do curso.

A SNJ divulgou o curso para todo o Brasil por meio das redes sociais da secretaria, como o Facebook¹, Twitter² e Instagram³, além de uma notícia postada no Portal do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos⁴. De maneira mais restrita, mas com assertividade maior, o curso foi divulgado em grupos no aplicativo WhatsApp, composto pelos gestores de juventude estaduais e alguns municipais. Assim, houve ampla divulgação por meio dos canais digitais da secretaria e ministério, e outra mais localizada, diretamente tratada com os gestores de juventude.

Em relação à divulgação efetuada no âmbito dos municípios, não foi definida nenhuma metodologia específica, de modo que cada unidade de juventude adotou um procedimento próprio. Essa estratégia, no entanto, pode não ter sido a melhor opção, visto que em muitos municípios houve uma baixa adesão por parte dos cidadãos, o que pode ter relação com a forma de divulgação feita pelos gestores.

Mais da metade das turmas abertas – 74, no total – possuía menos de dois estudantes inscritos, o que pode ser reflexo da divulgação adotada pelos municípios, além da influência de outros fatores.

1 <https://www.facebook.com/SNJuventude/photos/a.186818751427321/2256674607775048/?type=3&theater>

2 <https://twitter.com/SNJuventude/status/1176151727948607495>

3 <https://www.instagram.com/p/BztYggrBsQR/>

4 <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/julho/inscricoes-abertas-para-o-curso-de-gestao-de-financas-pessoais-na-modalidade-a-distancia>

Assim, por parte dos gestores municipais, um ponto para ser revisto seria a criação de estratégias de divulgação adaptadas ao contexto de cada cidade. Com isso, pode-se desenvolver formas mais eficazes de levar informações aos jovens de vários municípios do Brasil.

Sugere-se que novas ofertas do GFP sejam acompanhadas de uma campanha de comunicação voltada às unidades de juventude, à capacitação daqueles que aplicam o curso e, também, ao público-alvo: os estudantes. Desse modo, reforça-se a participação da SNJ como uma das organizadoras da oferta, o caráter federativo do Sinajuve e a parceria com o Ibict e o BC. Cabe considerar que nem todos municípios possuem uma equipe de comunicação, de modo que a ação das unidades de juventude é limitada. Nas próximas edições, a SNJ pode produzir material de divulgação a ser compartilhado com os municípios nas redes sociais da própria secretaria e do ministério, além de firmar convênio para divulgação do curso pelos municípios.

4.2 Metodologia de inscrição

Inicialmente, a inscrição no GFP se dava por meio de um procedimento disponível na plataforma Moodle, na qual a SNJ e o gestor de juventude dos municípios se articulavam para a oferta do curso por localidade, possibilitando a criação de turmas restritas. Assim, indicava-se um tutor gerenciador do curso por município, tutor esse que possuía uma senha e dela criava cada perfil de usuário do curso, de modo que a senha era enviada automaticamente pelo sistema. Dessa maneira, a gestão do curso era efetuada por municípios, possibilitando extrair informações por localidade.

Vale ressaltar que cada turma ofertava mil vagas e cada município definia a forma de divulgação e de inscrição, sendo que a SNJ apenas orientava que as vagas deveriam destinar-se aos jovens. O maior caso de sucesso nesta etapa foi o da cidade de Contagem, em Minas Gerais, com 291 inscritos, mas com apenas 27 concluintes.

Entretanto, das 74 turmas criadas, apenas 28 tiveram pelo menos dois alunos. Esse dado pode indicar a falta de divulgação nos municípios, a falta de interesse por parte da população ou a dificuldade em atender a estratégia criada para a oferta do curso. Grande parte das turmas criadas não teve sucesso em atrair alunos, o que merece estudo mais aprofundado, dada a diversidade de problemas que podem ocorrer nos municípios.

Como a estratégia inicial não obteve grandes resultados, alterou-se a forma de oferta, ampliando o acesso ao curso a qualquer jovem que se dispusesse a fazê-lo, bastando cadastrar-se no portal. Diminuem-se, assim, as barreiras para os alunos que tenham interesse em aprender finanças pessoais, sem que haja a articulação entre os gestores de juventude e a secretaria. Com isso, 570 novos alunos se inscreveram no curso, dos quais 91 já o concluíram.

Assim, o GFP tornou-se um curso livre, em que os jovens interessados podem se inscrever, sem barreiras, a fim de atender às suas necessidades informacionais. Tal ação trouxe novos alunos, mas demandou uma nova metodologia de gestão. Agora, com uma atuação mais executiva, a SNJ torna-se a gestora da oferta do curso, suprimindo para isso a figura do tutor municipal e reduzindo a articulação entre a secretaria e os gestores municipais.

4.3 Metodologia de aplicação do curso

Do mesmo modo que a inscrição, a metodologia de aplicação do curso pode ser dividida em duas etapas: a municipal, ofertada pelas unidades de juventude, e a federal, ofertada pela SNJ,

considerando que a gestão do curso modificou-se. Isso alterou significativamente o papel da SNJ que, em vez de trabalhar na articulação, trabalha agora na execução, exercendo um papel mais ativo na oferta do GFP.

Inicialmente, a aplicação do curso não foi regulamentada por nenhuma normativa da SNJ, o que se justifica pela diversidade dos municípios brasileiros e suas unidades de juventude. O acesso à internet, por exemplo, é uma problemática, de modo que as realidades de cada cidade são distintas. A sugestão da SNJ era que cada estudante realizasse individualmente o curso on-line, em computadores. Aliás, é com esse objetivo que o treinamento foi planejado. No entanto, há municípios – como Juazeiro do Norte, no estado do Ceará – onde o curso foi apresentado por meio de um *datashow* e os alunos responderam a um questionário impresso. Essa estratégia apresentou sucesso maior, sem a incidência de evasão, e com taxa de aprovação de 84% dos inscritos. Mesmo que tenha sido apenas um caso, pode apresentar um dos caminhos a serem seguidos, tendo-se em vista a diversidade dos cenários municipais brasileiros.

Em outros municípios onde não havia presença atuante de monitoria ou tutoria, com turmas com mais de 30 alunos, a taxa de conclusão média foi de 29%. Assim sendo, pode-se sugerir que a participação mais ativa da unidade de juventude – com oferta de apoio aos alunos por meio de tutoria, laboratórios para fazer o curso, materiais didáticos impressos, entre outros – é capaz de fomentar a participação exitosa, aumentando o número de concluintes. Entretanto, essa estratégia de oferta do curso traz gastos ao município. Logo, poderia ser desenvolvida de forma conveniada com as secretarias de educação como método de se obter uma efetividade maior sem aumento dos custos.

A mudança na estratégia da oferta do plano municipal para o federal impossibilita meios mais ativos de interação, considerando a centralização das atividades. Assim, torna-se mais parecido com cursos a distância ofertados gratuitamente por muitas instituições nas quais não há papel ativo de tutor ou facilitador. Cabe destacar que o curso ofertado diretamente pela SNJ cobre uma gama de alunos distribuídos por todo o país, dificultando a atuação mais próxima entre a instituição ofertante e o aluno do curso. Da mesma maneira, é limitada a possibilidade de extrair informações separadas por localidade, visto que não há a formação de turmas por município.

Um ponto a ser destacado foi a pequena presença de capitais, principalmente das regiões do Centro-Oeste, Norte ou Nordeste, na medida em que sediam secretarias estaduais voltadas à juventude. Essas cidades são importantes porque apresentam uma grande concentração de jovens, muitos deles com atividades remuneradas, potenciais alunos do curso. Além disso, muitos dos jovens urbanos das capitais têm acesso à internet para fazer o curso.

Há de se considerar, ainda, que a educação a distância é uma modalidade de ensino caracterizada por uma taxa de evasão média de 26,3% no Brasil. Dentre os evadidos, 85% desistem do curso no primeiro ano (ABED, 2008). Coelho (2014) aponta que causam a evasão a falta de interação e respostas efetivas entre envolvidos no processo educativo, dificuldade de utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ausência de contato e interação entre discentes e professores, ou discente-discente. Ademais, deve-se levar em conta o ambiente de aprendizagem e questões pessoais, como a organização dos estudantes e seu gerenciamento do próprio tempo. Encontros presenciais obrigatórios, por sua vez, respondem por cerca de 5% da evasão (ABRAED, 2008).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de um curso massivo on-line é, por si só, um desafio. Há uma diversidade de questões pedagógicas e logísticas a serem definidas, além da impossibilidade de garantir que todos os estudantes e gestores utilizem o curso como foi planejado. O desafio é maior ainda quando se trata de um material voltado à juventude, tão diversa em um país de dimensões continentais como o Brasil. Esse artigo relatou a implementação do Curso de Gestão de Finanças Pessoais, originalmente desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BC) e ofertado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Tal oferta compõe as ações do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve).

Os resultados apontam que uma série de desafios precisa ser considerada antes da realização de novas turmas: o estabelecimento de metas a serem cumpridas nos convênios com os municípios, uma política de divulgação do curso que envolva a SNJ e as unidades de juventude, uma estratégia de mediação do curso e, conforme possível, utilização da estrutura da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Ainda se propuseram convênios com as secretarias de educação municipais, a fim de que cada município discuta qual é a forma mais adequada para aplicação do curso. Por fim, aponta-se para a necessidade de maior inserção do curso em todas as regiões do país e, especialmente, nas capitais, que concentram parcela significativa da população jovem. Mesmo com os desafios, a articulação entre SNJ e municípios foi positiva e permitiu a formação de mais de mil jovens. Estabeleceu-se uma parceria que, certamente, será repetida em ações futuras do Sinajuve.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 49, p. 51-54, maio 1984. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1427>. Acesso em: 26 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). **Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância**. 4.ed. São Paulo: Instituto Monitor; ABED, 2008.

BARCELOS, Janinne et al. **ID Jovem**: uma identidade da juventude brasileira. Brasília: Ibict; SNJ, 2018. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 09 jan. 2020.

COELHO, Maria de Lourdes. **A evasão nos cursos de formação continuada de professores universitários na modalidade de educação a distância via internet**. São Paulo, 30 dez. 2004. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/textos_ead/626/2004/12/a_evasao_nos_cursos_de_formacao_continuada_de_professores_universitarios_na_modalidade_de_ed. Acesso em: 19 dez. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de

(org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009. p.109-128. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5641. Acesso em: 18 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 09 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/17270-pnad-continua.html?=&t=sobre>. Acesso em: 09 jan. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Quem são os jovens brasileiros?**. Brasília, 31 maio 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27857. Acesso em: 23 dez. 2019.

PEREIRA, Clarissa Cristina Pereira; ALVES, Jacqueline Magalhães. Ensino técnico no Brasil: breve histórico. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 26-36, set./ dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/701/646>. Acesso em: 18 dez. 2019.

RIBEIRO, Eliane Ribeiro; MACEDO, Severine. Notas sobre dez anos de políticas públicas de juventude no Brasil: conquistas e desafios. **Revista de Ciências Sociais**, Montevideo, v. 31, n. 42, p. 107-126, enero/ jun. 2018. Disponível em: <http://cienciassociales.edu.uy/departamentodesociologia/wp-content/uploads/sites/3/2016/11/Revista-N%C2%BA-42.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

SILVA, Jalinson Jonas Gomes da. **Finanças pessoais**: identificação dos fatores que influenciam no endividamento de jovens universitários. 2014. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/3617>. Acesso em: 18 dez. 2019.

SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE (SINAJUVE). **Ambiente EaDSinajuve**. Curso de Gestão de Finanças Pessoais. Página inicial. Brasília, 2019. Disponível em: <http://eadsnj.ibict.br/moodle/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SPC BRASIL. **Número de jovens inadimplentes atinge 4.81 milhões de negativados entre 18 e 24 anos, mostra SPC Brasil**. São Paulo, 23 fev. 2018. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/4231>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SPC BRASIL; CNDL. **47% dos jovens da Geração Z não realizam o controle das finanças, aponta pesquisa CNDL/ SPC Brasil**. São Paulo, 2019b. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/47-dos-jovens-da-geracao-z-nao-realizam-o-controle-das-financas-aponta-pesquisa-cndl-spc-brasil-2/>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SPC BRASIL; CNDL. **Com recuo de -027%, inadimplência do consumidor tem primeira queda após dois anos, mostram CNDL/SPC Brasil**. São Paulo, 2019a. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7063>. Acesso em: 09 jan. 2020.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./ out. 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 26 dez. 2019.

VISENTINI, Lucas; VEIGA, Adriana Moreira da Rocha. Jovens, finanças e consumismo: estudo do perfil de estudantes referente a temas relacionados à educação financeira. **Revista Di@logus**, Cruz Alta, v. 6, n. 3, p. 86-105, set./ dez. 2017. Disponível em: <http://200.19.0.178/index.php/Dialogus/article/view/6726>. Acesso em: 18 dez. 2019.

WENTZ, Andréia Garcia; ZANELATTO, Elisângela Mara. Causas da evasão escolar do ensino técnico. **Revista Signos**, Lajeado, v. 39, n. 2, p. 115-131, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v39i2a2018.1992>. Acesso em: 18 dez. 2019.